O GLOBO

ZUENIR VENTURA

Nosso mal maior

Apesar da desastrada operação contra a festa dos milicianos na Zona Oeste do Rio, em que houve mais estardalhaço do que eficácia, com a polícia tendo que soltar 138 dos 159 participantes que ela mesma prendera, isso não quer dizer que o alvo estivesse errado. Errado foi o tiro. Mais do que o tráfico, as milícias são atualmente, de fato, o nosso mal maior.

Há mais de dez anos, uma CPI da Assembléia Legislativa apontou a participação de policiais, agentes penitenciários e bombeiros, além de políticos, nesses grupos paramilitares. Segundo seu presidente, o deputado Marcelo Freixo, com quem trabalhava a vereadora Marielle Franco, cujo assassinato suspeita-se ter sido obra de milicianos, os primeiros e segundos escalões foram presos. "Agora, essas pessoas estão saindo da cadeia — e têm de sair mesmo, ninguém está propondo pena perpétua. Mas elas precisam ser monitoradas", diz o parlamentar.

A atividade criminosa continua e se intensificou. De acordo com o Ministério Público, até 2008, eles agiam com truculência para mostrar o seu poder. Depois, se sofisticaram e passaram a atuar de forma mais discreta, investindo de preferência em negócios lucrativos. Cobram taxas de segurança, controlam a distribuição de sinal pirata de televisão a cabo, a venda de botijões de gás e o transporte de vans e mototáxis. O resultado da nova estratégia aí está. Esses grupos paramilitares movimentam hoje R$ 300 milhões por ano e controlam territórios onde vivem mais de dois milhões de pessoas. Mas o problema que mais preocupa autoridades do Judiciário e da segurança pública é a crescente associação entre traficantes e milicianos em comunidades da Zona Oeste, através de um pacto explosivo que já começa a chegar a outros municípios. Veja o que disse à repórter Vera Araújo o promotor Luiz Antônio Ayres, da 2ª Vara Criminal de Santa Cruz, que há mais de 20 anos acompanha investigações e processos sobre quadrilhas: "Se algo não for feito, o Estado do Rio terá, dentro de dez anos, a mais perigosa organização criminosa do país". É assustador o poder das milícias: elas oferecem aos moradores serviços mais caros, uma falsa proteção e uma falsa paz, porque cessam os tiroteios. "Em alguns lugares", afirma Ayres, "fica difícil diferenciar o poder paralelo do estado democrático de direito".

O problema que mais preocupa autoridades do Judiciário e da segurança pública é a crescente associação entre traficantes e milicianos

Tudo indica que um dos objetivos iniciais da intervenção militar no Rio seja o desmantelamento desse poder. Se conseguir, ela já terá valido a pena. ●

A pátria de chuteiras em ano de Copa e eleição

RONALDO HELAL

A cada Copa do Mundo temos nos deparado com algumas questões relativas à relação entre futebol, identidade nacional e mídia. A primeira diz respeito ao envolvimento dos brasileiros durante o evento. A publicidade insiste na ideia de que ficamos todos de mãos dadas, irmanados em um só coração, como na canção célebre de 1970. Só que, em vez de 90 milhões, somos agora quase 210 milhões. A outra insiste em afirmar que o sucesso ou o fracasso da seleção tem influência nas eleições presidenciais que ocorrem cerca de três meses após o evento.

O sucesso da Copa do Mundo se deve, em grande medida, ao fato de todos nós "fingirmos de conta" que se trata de um duelo entre nações. Ou conforme colocou o antropólogo Pablo Alabarces, em conversa informal, trata-se da crença em uma "bobagem", que fingimos levar a sério. As seleções se parecem com nações, mas não o são.

Imaginemos, por exemplo, que a Copa fosse somente uma competição reunindo os melhores jogadores do planeta. Provavelmente teríamos um torneio repleto de lances estéticos que seriam apreciados pelos torcedores. Hans Ulrich Gumbrecht, em "Elogio da beleza atlética", já afirmou que um dos fascínios do esporte residiria na beleza dos corpos em movimento. No entanto, apesar deste ingrediente de beleza, seu êxito não seria tanto. Queremos ver, por exemplo, um duelo entre Argentina e Inglaterra, principalmente pós-guerra das Malvinas, como em 1986. Ou então, uma "batalha" entre Estados Unidos e Irã (imagine contra a Coreia do Norte!). O evento Copa do Mundo estimula os nacionalismos, com hinos nacionais, bandeiras e uniformes relacionados às respectivas pátrias.

Mas e a seleção brasileira, seria ainda a "pátria de chuteiras", conforme colocou o dramaturgo e cronista esportivo Nelson Rodrigues no final dos anos 1950? Esta era uma questão que não seria possível sequer ser levantada na época. A seleção era vista, de fato, como a "pátria de chuteiras". Em um período de consolidação do Estado-nação brasileiro, a derrota em 1950 foi vivida como uma derrota de projeto de nação brasileira, e o tricampeonato em 1970, como triunfo de um país que estava "dando certo". A equação seleção brasileira-nação se fazia mais presente tanto para os atletas quanto para dirigentes, torcedores e jornalistas.

A partir da década de 1990, com o fenômeno conhecido como globalização, trazendo consigo a fragmentação das identidades, a desterritorialização dos ídolos, e a seleção nacional formada por atletas atuando em equipes europeias, o epíteto "pátria de chuteiras" se esmaeceu, ainda que a publicidade insista em potencializá-lo. O que temos, hoje em dia, são torcedores bissextos que acompanham a seleção a cada quatro anos e que a veem como a "pátria de chuteiras", ainda que com menos intensidade do que na época de Nelson Rodrigues. A paixão clubística superou a paixão pela seleção. E o uso da camisa amarela passou a ganhar contornos políticos nas manifestações recentes, causando uma cisão entre os torcedores.

A paixão clubística superou a paixão pela seleção. E o uso da camisa amarela passou a ganhar contornos políticos nas manifestações recentes, causando cisão entre os torcedores

E qual a relação entre as vitórias e derrotas da seleção brasileira em Copas do Mundo e as eleições presidenciais? A história tem comprovado que a relação é nenhuma. Senão vejamos. Em 1998, a seleção perdeu a final para a França por 3 a 0. O então presidente Fernando Henrique Cardoso se reelegeu, vencendo as eleições no primeiro turno. Em 2002, a seleção se consagra pentacampeã, e Lula, candidato da oposição, se elege presidente. Em 2006 e 2010, a seleção caiu nas quartas de final e a situação continuou no poder. E em 2014, com a Copa no Brasil, a seleção é derrotada na semifinal por 7 a 1 para a Alemanha e, contudo, a presidente Dilma Rousseff se reelege presidente.

O mais interessante é observar que os resultados da seleção em Copas do Mundo não entram nos debates e na agenda política. No entanto, continua a soar como opinião culta a crença de que os brasileiros são manipulados em decorrência dos resultados da Copa do Mundo. ●

Ronaldo Helal é sociólogo e professor da Faculdade de Comunicação Social da Uerj

Hora de abandonar as grandes hidrelétricas

SÉRGIO GUIMARÃES E JOÍLSON COSTA

Nas últimas semanas, autoridades do Ministério de Minas e Energia declararam que o governo brasileiro estaria abdicando da construção de grandes hidrelétricas. Aparentemente, eles estão reconhecendo uma situação de fato. Num cenário de Eletrobras privatizada, ficaria difícil mobilizar recursos para empreendimentos economicamente inviáveis.

Às vésperas do carnaval, no entanto, foi divulgado um controverso acórdão em que o TCU, mesmo levantando alguns pontos importantes, entrou na contramão ao manifestar uma visão desatualizada, que considera a energia hídrica como a única alternativa razoável para o Brasil. Mas a realidade é que há fatores que abrem uma janela de oportunidade incontestável para o país enterrar de vez as grandes hidrelétricas e seus inaceitáveis impactos sociais e ambientais. O principal é o aumento da competitividade das renováveis.

Há forte queda de preços de energia eólica e solar frente à hidrelétrica desde 2011. Preços que continuarão caindo à medida que elas incorporarem mais tecnologia. Já hidrelétricas ainda são feitas como na época dos generais: concreto, aço, atrasos e sobrepreço. Seu custo é artificialmente competitivo por condições de financiamento vantajosas e pela subestimação de seus impactos socioambientais.

Além disso, as grandes hidrelétricas, cujo potencial restante está concentrado na Amazônia, tendem a deixar o Sistema Interligado Nacional mais inseguro, seja pela distância da carga até os centros de consumo, seja pela vulnerabilidade climática crescente dos reservatórios.

Há forte queda de preços de energia eólica e solar frente à hidrelétrica desde 2011. Preços que continuarão caindo à medida que elas incorporarem mais tecnologia

A proposta de abandonar as grandes barragens é realista. Mas, para isso, o governo deverá adotar ações concretas: como, por exemplo, um decreto presidencial que realinhe o Plano Nacional de Energia (PNE) e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil no acordo global do clima, ainda montados sobre forte expansão hidrelétrica.

É preciso reverter decisões que impactam comunidades na Amazônia, como o decreto presidencial de 2010 que reduziu mais de 75 mil hectares de áreas protegidas para reservatórios então previstos no Tapajós. Também são urgentes a demarcação da terra indígena Sawre Muybu, dos índios munduruku, e o registro da Kayabi, no Rio Teles Pires.

Sem novas grandes hidrelétricas, mas com soluções adequadas — como eficiência energética, ampliação da escala da energia solar e eólica, aumento da geração distribuída e redes inteligentes, além de térmicas a biomassa e alguma a gás natural no período de transição —, viabiliza-se a segurança do sistema e a modicidade tarifária. Trilhando um novo caminho energético, promoveremos a evolução tecnológica com a criação de empregos de qualidade de que o Brasil tanto precisa. Não há mais espaço para novas aventuras amazônicas. ●

Sérgio Guimarães é coordenador do GT Infraestrutura, e Joílson Costa é coordenador executivo da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil

CRISTOVAM BUARQUE

Outro lado

Há quase um ano, a população do Distrito Federal sofre racionamento de água potável. A inauguração de um novo reservatório passa agora a sensação de fornecimento abundante pelos próximos 30 anos. Mas as mudanças climáticas podem deixar o novo açude vazio por falta de chuva; a falta de saneamento pode contaminar a água; e o aumento do consumo per capita, aliado ao aumento da população, pode provocar escassez, mesmo com maior oferta. A perenidade na disponibilidade depende também da educação do consumidor, para que ele entenda a dimensão planetária da crise hídrica e pratique um padrão austero de consumo. O problema da água tem duas pontas: hídrica e educacional.

Todos os demais problemas e desafios do Brasil passam por duas pontas.

O emprego só será criado se, de um lado, a economia fizer investimentos; mas emprego de qualidade exige educação do candidato. O aumento da riqueza nacional depende da retomada do crescimento econômico, mas, sem educação, a produtividade não aumenta, e a pobreza social continua; e se a educação não for de qualidade para todos, o problema da concentração da renda continuará. Hoje temos o oitavo PIB do mundo, mas, por falta de educação, a produtividade é baixa e estamos no 81º lugar na renda per capita e temos a décima pior concentração de renda. Graças sobretudo à educação, a Coreia do Sul tem o 14º PIB, mas é o 30º em renda per capita e tem a décima melhor distribuição de renda entre 157 países. O desemprego, a pobreza, a concentração de renda são problemas com duas pontas; a educação é uma delas.

Todo problema tem duas pontas, e uma delas é a educação

A violência precisa ser enfrentada com polícia, Justiça e cadeia, mas isso não resolverá o problema. Há 30 anos Darcy Ribeiro dizia: "Ou fazemos escolas hoje ou teremos de fazer cadeias amanhã". Só por meio da educação para todos será possível oferecer a mesma oportunidade a cada brasileiro, sem necessidade de artifícios de sobrevivência fora da lei. A corrupção, que é praticada por doutores instruídos, precisa ser combatida com o fim do foro privilegiado e da impunidade para eleitos, mas o mundo mostra que a corrupção cai substancialmente nos países onde todos os eleitores têm acesso à boa educação.

Todo problema tem duas pontas, e uma delas é a educação. Nisso está a dificuldade: porque o problema da educação também tem duas pontas. A ponta dos educadores, como fazer a escola ideal; e a ponta educacionista, como fazer todas as escolas com a mesma qualidade. Para cuidarmos do problema da educação, os eleitores e eleitos precisam antes ser educados. Esse paradoxo — para educar o Brasil, é preciso que o Brasil já esteja educado — só será resolvido quando for eleito um presidente estadista, capaz de ser educador de todo nosso povo, transmitindo de forma convincente a mensagem de que a solução de cada problema passa pela educação; convencendo o povo a aceitar fazer, ao longo de décadas, o esforço nacional necessário para garantir educação de qualidade para todos os brasileiros. ●

Cristovam Buarque é senador (PPS-DF)

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW